

Caros amigos e caras amigas,



Ao final dos trabalhos de 2021, nosso tradicional Boletim de Prestação de Contas traz as principais conquistas e lutas do mandato contra os retrocessos econômicos e sociais impostos ao País e a nossa Minas Gerais, agravados pela pandemia. Não cruzamos os braços e aguardamos mudanças. **Nossa mensagem é de resistência e coragem, com a certeza de que vamos reconstruir as políticas públicas e a democracia de verdade, aquela que tem horizontes de direitos, igualdade social e soberania popular.**

Na liderança do Bloco Democracia e Luta, de oposição ao governo Zema, ajudamos a barrar a votação do Regime de Recuperação Fiscal, que o governador quer implementar, com cortes nos serviços públicos por nove anos. Essa luta continua em 2022 e toda a mobilização será fundamental. Temos nos desdobrado na defesa dos servidores, dos povos tradicionais, das políticas de Saúde, Educação, Segurança Alimentar e Assistência Social, tão fundamentais na superação da pandemia e de seus efeitos dramáticos.

Garantimos a aprovação do congelamento do IPVA, fui o relator da matéria, que o governador tenta barrar. Votamos, com transparência, a parte de R\$ 11,06 bilhões que coube ao Estado no seu acordo judicial com a Vale, incluindo na proposta do governador recursos aos municípios, à Assistência Social e projetos sociais. Fui o relator da PEC que viabilizou o repasse de R\$ 1,5 bilhão aos 853 municípios. Continuamos na luta e vigilantes por justiça e reparação integral às famílias atingidas.

Trabalhamos para Minas instituir um Programa de Renda, permanente e complementar, às famílias em situação de pobreza. Esse Projeto de Lei 2.659/2021 já está em tramitação. E com o nosso apoio, a Assembleia Legislativa criou o Auxílio de R\$ 600,00, em parcela única, que o Estado pagou a 1 milhão de famílias em novembro.

Estamos nas ruas com os sindicatos, os movimentos sociais e parcelas cada vez maiores da população pelo #ForaBolsonaro, contra a inflação, o desemprego e a fome que não podem esperar.

Aqui, vocês leem um pouquinho desse trabalho. Desejamos um Ano Novo de muito amor, garra e alegria!

André Quintão
André Quintão
DEPUTADO ESTADUAL - PT/MG

Boletim online
Prestação
de Contas
2021



Feliz 2022



Livro é ferramenta de cidadania e luta por Justiça

Foi lançado no dia 27 de setembro, durante homenagem da ALMG às vítimas de Brumadinho, o livro "Opção pelo risco: causas e consequências do rompimento da barragem de Brumadinho - A CPI da ALMG". **A publicação traz uma síntese do Relatório da CPI que investigou o crime da Vale em 2019, depoimentos de familiares e fotos das vítimas, além de dados históricos e econômicos da região afetada. O livro foi organizado pelo deputado André Quintão, que foi o relator da CPI.** "É um tributo às vítimas e uma ferramenta que pode contribuir para a luta por justiça e reparação integral às famílias atingidas", afirmou André.

DISPONÍVEL EM:
www.andrequintao.com.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MG

f @ /ANDREQUINTAOPT

Rua Rodrigues Caldas, 30 / Sala 108
Santo Agostinho / Belo Horizonte - MG
CEP: 30190-921

Email: dep.andre.quintao@almg.gov.br
Telefone: (31) 2108.5170
Site: www.andrequintao.com.br

DEPUTADO ESTADUAL
ANDRÉ
QUINTÃO

LGPD -
LEI GERAL
DE PROTEÇÃO
DE DADOS

Em observância a Lei nº 13.709/2018, seus dados serão armazenados e você poderá futuramente receber informativos do mandato. Caso não deseje mais receber, basta nos informar.

Oposição resiste: NÃO ao Regime de Recuperação Fiscal proposto por Zema

O Projeto de Lei (PL) 1.202/19, de adesão de Minas ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) do Governo Federal não foi votado em 2021, apesar da pressão do governador Zema, que enviou à Assembleia pedido de urgência para sua aprovação. **"A adesão é a saída de Minas Gerais para o abismo"**, declarou o deputado André Quintão. A pretexto de "sanar" a dívida do Estado, a proposta só adia o problema, mas proíbe concurso público, congela salários e investimentos por até nove anos, como um teto de gastos, a exemplo do que Bolsonaro está fazendo no País, explica. Além disso, o RRF aponta para a privatização da COPASA, CEMIG e CODEMIG, com prejuízos para toda a população mineira.

Mantidas garantias à Educação Indígena em Minas

Suspensão do corte de R\$ 15,9 milhões previsto para 2021, manutenção de turmas que seriam fechadas, retomada da Comissão Estadual da Educação Indígena e garantia da autonomia das escolas, com adoção de língua materna e calendário próprio. Essas foram algumas das reivindicações debatidas em março, durante audiência da **Frente de Defesa dos Povos Tradicionais, solicitada por André Quintão, à Secretaria de Educação.** A maior parte das reivindicações foi atendida. Em Minas, São 4.600 estudantes atendidos em 68 escolas indígenas, 19 dentro das aldeias. André é autor da Lei que regulamenta a educação indígena.

Escola Xakriabá - Destruída em incêndio criminoso, a Escola Xukurank, na aldeia Xacriabá de São João das Missões, será reconstruída, conforme requerimento do André e parlamentares da Frente ao governo; a conclusão está prevista para abril de 2022.

PARA USO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> MUDOU-SE	<input type="checkbox"/> FALECIDO	<input type="checkbox"/> NÃO EXISTE Nº INDICADO	REINTEGRADO AO SERVIÇO
<input type="checkbox"/> DESCONHECIDO	<input type="checkbox"/> AUSENTE	<input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO ESCRITA PELO PORTEIRO OU SÍNDICO	POSTAL EM ____/____/____
<input type="checkbox"/> RECUSADO	<input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO		RESPONSÁVEL _____
<input type="checkbox"/> END. INSUFICIENTE	<input type="checkbox"/> CEP		

Adicione o
WHATS do
mandato!
(31) 9 9998.1355



Mala Direta
Endereçada
9912249224/2020-SE/MG
ALMG

Correios
Fechamento autorizado.
Pode ser aberto pela ECT.

“

Nossa mensagem é de resistência e coragem para a reconstrução das políticas públicas e da democracia de verdade, aquela que tem horizontes de mais direitos, de igualdade social e soberania popular.

André Quintão

BOLETIM ANUAL DE
PRESTAÇÃO
de contas
DEZ 2021



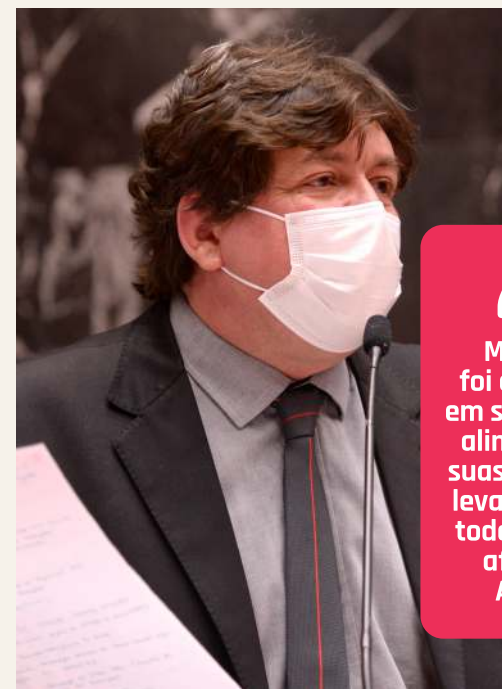
Auxílio de R\$600 para mais de 1 milhão de famílias

Por iniciativa da Assembleia Legislativa, o Estado pagou em 2021 um auxílio de R\$ 600,00, em parcela única, a 1 milhão e 30 mil famílias em situação de pobreza extrema em Minas Gerais, que enfrentam a fome e o desemprego. O deputado André Quintão apoiou a iniciativa e foi um dos autores do Projeto de Lei, que beneficiou famílias com renda per capita de até R\$ 89,00, inscritas no CadÚnico. Os benefícios foram pagos de 14 a 29 de novembro e, em dezembro, às famílias com problemas de identificação.

O auxílio fez parte do programa Recomeça Minas, que instituiu descontos e prazos para empresas e pessoas quitarem débitos com o Estado, além de reduzir o ICMS em energia para diversos setores, entre outras medidas de apoio econômico aos segmentos que sofreram mais impactos com a pandemia.



Audiência mobiliza contra a fome



“ Minas já foi exemplo em segurança alimentar e suas políticas levadas para todo o País”, afirmou André

O deputado André Quintão foi proponente de audiências públicas mobilizadoras em 2021. Entre elas, em outubro, reuniu representantes do CONSEA/MG, especialistas e governo na Comissão de Direitos Humanos para debater a Segurança Alimentar, com propostas encaminhadas para enfrentar o drama da volta da fome. A Comissão requereu imediata retomada da Política de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAAFamiliar), ampliação do Programa de Leite, e outras. “Minas já foi exemplo em segurança alimentar e suas políticas levadas para todo o País”, afirmou André, lamentando a omissão do governo Zema.

ALMG garante R\$ 1,5 bi de recursos da Vale aos municípios



Do acordo judicial do governo de Minas com a Vale, de ressarcimento ao Estado pelo crime da mineradora em Brumadinho, uma parte - R\$ 11,06 bilhões - cabe ao próprio Estado a execução, sendo assim votada pela Assembleia.

O deputado André Quintão foi o relator da PEC que viabilizou juridicamente o repasse de parte desses recursos do Estado aos municípios. “A Assembleia não votou simplesmente o Projeto de Lei do governador para aplicação dos R\$11,06. Travamos uma luta, debatemos e aperfeiçoamos a proposta”, explicou André. Com a PEC, R\$ 1,5 bilhão foram reservados para repasse direto aos 853 municípios, por critério populacional. A Lei 23.830/21 foi sancionada em julho e os municípios receberam a primeira parcela (40%) em 30 de agosto. Para janeiro de 2022 está prevista a segunda (30%) e para junho de 2022 a terceira (30%). Os recursos podem ser aplicados em mobilidade, saneamento, melhorias dos serviços públicos, compra de equipamentos de saúde, educação e assistência social.

Assistência Social, Catadores e População em Situação de Rua são contemplados

O deputado André Quintão trabalhou, também, para que os investimentos do Estado com recursos da Vale contemplassem projetos sociais. Foram assim incluídos na Lei 23.830/21 recursos para os programas estaduais Rede Cuidar, Bolsa Reciclagem e em projetos em parceria com a Pastoral do Povo da Rua.

CATADORES REMUNERADOS - Para o programa Bolsa Reciclagem, que paga os catadores de materiais recicláveis pelos seus serviços nos municípios, são R\$ 10 milhões, sendo R\$ 3,5 milhões em 2021 e os restantes R\$ 6,5 milhões para 2022. Os repasses são feitos a 146 associações e cooperativas, totalizando 2.356 catadores.

ASSISTÊNCIA SOCIAL - O Rede Cuidar, programa estadual de apoio a entidades socioassistenciais vinculadas ao SUAS, terá R\$ 25 milhões. Os recursos alcançam, neste ano e em 2022, um total de 217 entidades, sendo R\$ 115 mil para cada, conforme decisão pactuada na CIB (Comissão Intergestora Bipartite) e aprovada pelo Conselho Estadual (CEAS), beneficiando serviços de acolhimento a idosos, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, pessoas em situação de rua; famílias e mulheres vítimas de violência.

PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA - São R\$ 5 milhões para serem aplicados, em parceria com a Pastoral do Povo da Rua, nos projetos “Primeira Moradia”, em implantação em Belo Horizonte, e “Canto da Rua, que garante atendimento psicossocial, espaço para higienização, alimentação e demais encaminhamentos.

Conferências de Assistência Social: resistência pelo SUAS

A 14ª Conferência Estadual de Assistência Social, realizada de 25 a 27 de outubro, reuniu mais de 700 pessoas, fortalecendo a resistência aos desmontes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com propostas para Minas Gerais e para a Conferência Nacional. O SUAS fez bonito: foram 720 Conferências Municipais no Estado.

André Quintão esteve presente às nove Conferências Regionais, que reuniram quase 3 mil pessoas, de forma remota. “É fundamental a união de Minas para dizer NÃO à pobreza e à fome. Não vamos deixar destruírem o SUAS”, afirmou. Entre as deliberações para Minas, estão a implantação de um Programa de Renda Básica e de um Serviço de Proteção em Situações de Calamidade e Emergência, concursos públicos e capacitação.

Contratações para Acompanhamento Social nas Escolas

A Secretaria Estadual de Educação anunciou, em reunião no dia 22 de dezembro, o início do processo seletivo para contratação de assistentes sociais e psicólogos que deverão atuar na Rede Estadual de Ensino.

Participaram da reunião os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS/MG) e de Psicologia (CRP), o Sindicato dos Psicólogos e o mandato do deputado André Quintão. Segundo a Secretaria, o Edital será publicado para contratação de 230 assistentes sociais e 230 psicólogos, para atuarem em duplas em municípios com mais de 6 escolas, de forma a atender 2.191 unidades.

Desde agosto, o governo se comprometeu, em audiência na ALMG, a implantar esse “projeto piloto”. O acompanhamento social nas escolas, previsto em antiga lei de autoria do André, viabiliza-se agora com a Lei Federal 14.133/20, que permite utilizar recursos do FUNDEB nas contratações. “Com a pandemia, o acompanhamento social no retorno às aulas torna-se ainda mais necessário e por isso estamos cobrando urgência”, afirmou André.

